



O DIREITO A EXPRESSÃO CORPORAL, A BRINCADEIRA E A LUDICIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA*

Bruna Kely Silva Pereira
Wesley Assis Belém
Maristela Vicente Paula
Neila Maria Mendes

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo que busca refletir sobre as condições de acesso das crianças e adolescentes a equipamentos sociais voltados ao brincar e a outras formas de expressões do universo lúdico infantil, a partir da experiência de um projeto de intervenção social na periferia urbana da cidade de Catalão(GO). A interação com as crianças e adolescentes participantes do projeto propiciam elaborações sobre questões relativas aos direitos humanos e as políticas públicas voltadas para essa população. Como resultados, identificamos direitos negados à infância e adolescência vinculados a própria concepção dos termos, bem como das condições de vida das famílias das quais são pertencentes. Nesse contexto a brincadeira esta relegada ao tempo que excede a turno escolar e as tarefas com que as crianças e adolescentes dividem ou assumem indevidamente com os adultos.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; jogos; brincadeiras.

INTRODUÇÃO

A história da infância no Brasil é marcada pelas condições de um país colonizado que inicia com o infanticídio sofrido pelos nativos, os índios, e posteriormente das condições de vida das crianças escravas, desde sua captura, ao navio negreiro, a vida como escravo no Brasil, apartado de sua terra, cultura e família.

A colonização gerou uma herança de pobreza e ausência de Estado sobre a grande massa da população, reverberando em ações para a infância como “a roda de expostos” que segundo Freitas (2003) tratava-se de um local criado para colocar crianças rejeitadas pelas famílias, por vezes pela falta de condição de sustentá-las, com intuito de acabar com o abandono em praças, igrejas, porta de famílias, lixos, entre outros.

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (FREITAS, 2003, p.57).

Haviam também crianças abandonadas, acolhidas por famílias com o intuito de utilizá-

*Fonte Financiadora: Programa de Bolsas de Extensão e Cultura PROBEC.

la como mão de obra quando atingissem uma idade que pudessem trabalhar, ou também por pessoas que se sensibilizavam com a situação. Notamos também, de acordo com Freitas (2003), que o abandono de crianças no Brasil também passou por mudanças no percurso do tempo, acabando com as roda de exposição e desenvolvendo modelo de assistência as crianças abandonadas.

No contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, segundo Rizzini (2008), houve uma modificação na forma de olhar para as crianças que passaram a serem vistas como o “futuro do Brasil”, assim, entendeu-se necessário investimentos que normalizassem para um fim utilitarista, voltado para a produtividade e o avanço econômico do Brasil.

A visão da elite brasileira sobre as crianças pobres estava associada à criminalidade e à delinquência, sendo que os infratores deveriam ser cuidados e reeducados para não se tornarem uma ameaça para o Brasil e sim um ser útil para a sociedade. Podemos perceber que as crianças pobres representavam um incômodo, não havia uma preocupação com o ser criança, mais sim, do que esta criança poderia causar a sociedade (RIZZINI, 2008).

No entanto, partindo do princípio que a maioria da população estava diretamente ligada à pobreza, a ação pública começou então a concentrar seus esforços neste público, com vistas a sair do atraso em relação aos países considerados desenvolvidos. Contudo, os investimentos foram feitos simplesmente com a perspectiva de tornar as crianças, futuros jovens/adultos produtivos, ao passo de implementar ações que de fato promovessem mudanças na distribuição de renda e no acesso aos bens culturais.

Diante tanto desrespeito com o universo infantil, o Brasil sentiu a necessidade de criar órgãos que tratam dos seus direitos. Durante o percurso histórico, várias leis foram criadas, porém o foco era de proteção às crianças em situação de vulnerabilidade, e não o cuidado com todas as crianças sem exceção. Partindo do pressuposto que o direito de receber cuidado deveria ser de todas as crianças, foi homologado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a proposta de fazer uma transformação no sistema de proteção da criança e adolescente (SILVA, LOPES, BORGES, 2011).

De acordo com Assis et al (2009) o ECA surge rompendo com a ideia de “situação irregular” e dando a todas as crianças e adolescentes a condição de sujeito de direitos.

O ECA rompe com a intervenção arbitrária do estado no destino de crianças e adolescentes, propõem um reordenamento institucional ao romper com práticas fundadas na filantropia ou caridade, gerando responsabilidades para a família, para o estado e para sociedade, pois partiu da concepção de “sujeito de direitos”, assim, preconiza a garantia ampla dos direitos pessoais

e sociais (SILVA, LOPES, BORGES, 2011.p.14).

A criação do ECA foi um avanço significativo para a sociedade, porém mesmo com todos os direitos regidos pelo Estatuto, a realidade ainda permanece distante do que foi idealizado. Mesmo hoje, no século XXI, estamos lidando com realidades de violência, desrespeito, trabalho infantil, entre vários outros aspectos de violação dos seus direitos, ainda não superados.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) marca-se a mudança na legislação sobre a forma de conceber o conceito de infância no Brasil, pedindo providências do Estado e da sociedade civil para como as crianças e adolescentes de todo o país como prioridade absoluta, independente de suas condições sociais, econômicas, etnoculturais e outras.

Dessa forma verifica-se que o Brasil tem uma legislação avançada para a criança e o adolescente, em comparação com outros países do mundo, mas as políticas, enquanto propostas concretas de ações que visam transformar o texto das leis para as ações efetivas de garantia e promoção destes direitos, evoluíram pouco (Rizzini, 2008).

Nesse sentido, mediante as diversas realidades da infância e adolescência no Brasil, o presente estudo se propõe a refletir sobre as condições de acesso das crianças e adolescentes a equipamentos sociais voltados para o brincar e a expressão corporal e lúdica, a partir de um projeto desenvolvido na periferia urbana da cidade de Catalão(GO).

PARA BRINCAR NA PERIFERIA URBANA

O município de Catalão(GO) encontra-se em franco desenvolvimento, acarretando em crescimento populacional desordenado. Sua localização geográfica próxima a capital do Estado e da Nação e de acesso ao sudeste do país, colaboram para sua expansão no agronegócio e nos ramos de mineração e de montadora de autos. As consequências do crescimento são principalmente, maior concentração de renda e aumento da exclusão social uma vez que atrai um contingente de família em busca de melhores condições de vida e que acabam por não serem rapidamente incorporadas nas estruturas de trabalho e de serviços/atendimentos sociais.

O Projeto brincar nasceu da necessidade de oferecer espaços e possibilidades de expressão para crianças e adolescentes de uma comunidade periférica da cidade de Catalão (GO). Ao acompanhar a chegada e instalação precária de famílias imigrantes nessa região da cidade, inicialmente o "Grupo Espírita Paulo de Tarso" buscou atendê-las nas suas necessidades mais emergentes, em seguida compreendendo a necessidade de sua promoção

social, sistematizamos o Projeto Brincar, disponibilizando a estrutura física e os recursos da instituição. Atualmente o projeto atende em torno de cinquenta crianças e adolescentes com atividades em um turno duas vezes por semana. O Projeto Brincar abriga dois outros projetos parceiros, o *Projeto Pererê* e o Projeto de Extensão e Cultura denominado *Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco*, o qual é objeto do presente texto.

A parceria dos projetos somam um conjunto de atividades de uma brinquedoteca, de jogos de salão, desenho/pintura, artesanato, oficinas corporais (jogos, brincadeiras, dança e ginástica), capoeira, leitura e contação de história. Os participantes aderem às atividades por livre demanda e ao final de cada encontro confraternizam com um lanche.

O projeto Brincar disponibiliza os espaços físicos, equipamentos, os materiais de consumo e a concepção inicial de oferecer um espaço de expressão e humanização das crianças e adolescentes que participam do projeto, oferecendo a oficina de desenho, artesanato e as salas de brinquedo, enquanto o projeto Pererê disponibiliza os conhecimentos relativos à Capoeira e o Projeto Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco, busca inserir-se nos espaços oferecidos, compartilhando fazeres e saberes e promovendo outras manifestações que privilegiam expressões corporais e brincadeiras, particularmente destacando-se o faz de conta e as relações interpessoais que se estabelecem nas dinâmicas do jogo e da brincadeira.

A população alvo da proposta reside numa localidade que ficou conhecida como "Vila dos Baianos", uma comunidade periférica da Cidade de Catalão/GO, que não possui nenhuma proposição pública de acesso a bens culturais para além de escolas e creches localizadas em bairros vizinhos, desprovida de espaços e equipamentos sociais para a atividade física, jogos, brincadeiras, atividades de lazer e de formação para além da educação formal.

As crianças e adolescentes permanecem nas ruas e ou em trabalhos informais em significativa parte do dia que excede o turno escolar, isto quando estão na escola, pois não é infrequente abandonarem a escola seja para ajudar a família em trabalhos informais, seja porque foram excluídos da escola por motivos variados.

A ausência de acesso a bens culturais diversos representa fator de exclusão social e denota a violação de direitos, que ao mesmo tempo que diminui a resiliência, aumenta a possibilidade de exposição a situações de vulnerabilidade como o trabalho infantil, baixa escolaridade, gravidez na adolescência, uso de substância e práticas ilícitas, exposição a situações de violência ou como protagonista dela.

A perspectiva de intervenção da proposta relatada visa confirmar em ação, que é

possível materializar condições que favoreçam aos indivíduos alcançarem seu pleno potencial a partir de proposições, embora saiba-se que somente um conjunto de ações articuladas em uma rede de proteção e promoção social será, de fato, capaz de promover modificações que atendam a inclusão social.

Por essa perspectiva vislumbramos oferecer diversificadas formas de linguagens, seja escrita, falada, pelo desenho/pintura ou corporal que expressam bens culturais que constituem nossas humanidades.

Conforme Rizzini, Barker e Cassaniga (2000), o acesso aos elementos da cultura com qualidade, são fundamentais para o desenvolvimento integral dos sujeitos nos períodos particulares que compreendem a infância e adolescência, à medida que potencializam exercícios de interação social, de criatividade e de construção de perspectiva pessoal, das quais toda criança e adolescente tem direito a partir do princípio da prioridade absoluta na garantia das condições plenas para o seu desenvolvimento previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O referencial teórico adotado para pensar e sistematizar os fazeres do projeto é o sociointeracionismo postulado por Vygotsky e ancorado no princípio que a constituição do ser humano se dá pelas relações que estabelece com outros sujeitos, enfatizando o papel da linguagem pela qual as funções mentais superiores são formadas e culturalmente transmitidas.

Objetivo geral do projeto é propiciar vivências expressivas utilizando jogos, brinquedos, brincadeiras, desenho/pintura, artesanato como expressões culturais que compõe um conjunto de linguagens pela quais os sujeitos possam ler e comunicar com o mundo, colaborando com a sua formação humana e com uma sociedade mais justa no que se refere ao acesso a bens culturais. E especificamente o projeto tem como objetivos: proporcionar acesso a diversas formas de experiências expressivas e também de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade; promover espaços e ações para criação de laços sociais através de vivências expressivas fortalecendo os sentidos de autoconhecimento, valorização da autoestima, pertencimento e alteridade; fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente da cidade de Catalão (GO) participando das instâncias de reflexão e elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

As ações do Projeto de Extensão e Cultura denominado *Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco* são subsidiadas pelo Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisa Infância e Educação, que tem como objeto central a infância na elaboração de estudos, pesquisa e extensão.

A avaliação e o planejamento são atividades semanais dos trabalhadores do projeto, considerando a adesão dos participantes nas atividades oferecidas, observando o cumprimento dos objetivos, a escolha das propostas e os procedimentos adotados.

As atividades oferecidas são acessadas por livre demanda, sendo definido um grupo responsável por dinamizar e interagir com as crianças em cada um dos espaços.

Na Oficina de desenho/pintura as crianças e adolescentes estarão expostas a superfícies variadas (lousas, papéis de tipo e tamanhos diferentes), lápis coloridos, giz de cera, pinceis e tintas, sendo incentivados tanto a produzir seus próprios desenhos como compor sobre materiais pré-elaborados, que provoquem a exploração de suas capacidades neste campo de expressão da produção humana.

Na oficina de artesanato as crianças e adolescentes são apresentadas a materiais variados de fontes variadas, inclusive materiais reaproveitados (sucata) e são incentivados a produzir com eles objetos de artesanato ou utilitários. Trabalhando conceitos relativos à educação ambiental e de reaproveitamento de materiais descartados.

A brinquedoteca é oferecida prioritariamente para crianças de 0 à 7 anos crianças, as quais são apresentadas a um ambiente cheio de caixas com brinquedos diversos, bonecas, carrinhos, bichos e diversos jogos de mesa apropriados para a faixa etária. São destinados também espaços para a fantasia, com mobiliário (cozinha, geladeira, pia, quites de limpeza, tabua e ferro de passar roupa, berço e carrinho de bebê), roupas e adereços para se fantasiarem e espelho para sua apreciação.

As crianças que procuram esta sala usufruem dos recursos conforme sua vontade sob acompanhamento de adultos, brincando com as crianças quando convidados por elas e propondo/apresentando possibilidades e interação permanentemente.

São ações comuns das crianças nesta sala fantasiar-se e assim permanecer por todo período de tempo disponível, montagem de quebra cabeças, brincadeiras de faz de conta com temáticas variadas como a montagem de fazenda usando miniaturas, atividades domésticas cotidianas variadas usando as miniaturas de móveis.

A equipe percebe que é comum nas crianças que chegam pela primeira vez ao projeto um deslumbramento ansioso que cede após alguns dias de frequência e dá lugar a uma atividade mais focada, geralmente fixa em sua temática por algum tempo, ou só brincando de “fazenda”, ou só brincando de “casinha”. Após dominar os brinquedos daquela sala, algumas crianças exploram outras atividades do projeto.

Na sala de jogos as crianças e adolescentes são apresentados a jogos variados como, jogos de tabuleiro, entre eles, xadrez, dama, War, Batalha Naval, Banco Imobiliário, futebol

de botão, bem com quebra cabeça de diferentes níveis de dificuldade. As atividades são desenvolvidas em uma ambiente com mesas que são ocupadas pelos participantes acompanhados por monitores que incentivam, orientam e mediam as relações que se estabelecem na dinâmica dos jogos. Os jogos se classificam em várias categorias, possibilitando experiências diversificadas de competição, cooperação, raciocínio, atenção, ludicidade e alguns que reúnem mais de uma dessas qualidades.

O espaço da literatura e contação de histórias utiliza uma sala e ou uma varanda, onde são disponibilizados tapetes, almofadas, pufes, para que os participantes possam se acomodar enquanto ouvem histórias, poesias e parlendas, ou são convidados a ler para os demais, ou ainda para si mesmos. Os livros são dispostos em recipientes diversos, provocando a curiosidade dos leitores, como em cestas, caixas, pendurados como móbile ou como varal. Frequentemente, as crianças se fantasiam na brinquedoteca com os personagens por eles escolhidos e vão para a contação de histórias representá-los ou ainda reinventá-los.

Já as práticas corporais envolvem jogos, brincadeiras, elementos dos esportes, da ginástica e da dança. As crianças e adolescente apropriam-se das áreas ao ar livre ou de uma sala específica, para desenvolver atividades corporais a partir de construções mediadas por orientadores. Procura-se agregar os participantes independentemente de gênero e faixa etária, sendo necessário articular com o grupo as condições para o acesso de todos os interessados e convidados. As atividades nascem de situações diversas, previamente ou não elaboradas, sendo priorizado que o grupo possa se organizar em torno do movimento e da expressão corporal a partir de um contexto de grupo democrático, em que cada participante traz seu arcabouço de conhecimento e compartilha com o grupo que se apropria dele e o reelabora.

Durante apenas um período de tempo todas as crianças, adolescentes e voluntários se reúnem, trata-se do momento de final no qual é servido um lanche para que todos compartilhem. Trata-se de um momento de lidar com as diferenças e com os comportamentos esperados para tal oportunidade, assim foi criada uma organização em que as crianças pequenas servem-se primeiro, e gradativamente os demais, buscando construir uma relação de respeito com o momento da alimentação e com as demais pessoas presentes considerando suas particularidades.

A constante avaliação do projeto pelo grupo a cada final de dia de atividade, tem permitido registrar informações importantes sobre a infância e adolescência nessa região periférica da cidade, as quais passamos a relatar.

OS SUJEITOS E SUAS RELAÇÕES

O grupo de trabalhadores do projeto é constituído por voluntários da instituição que abriga o projeto e por estudantes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. O grupo organiza-se em torno de criar condições de atividades criativas, expressivas e lúdicas, avaliando permanentemente seus objetivos com o projeto e sua atuação junto ao público alvo. O processo tem possibilitado desconstruir concepções sobre a infância e adolescência arraigadas em valores ideológicos, nos quais tivemos nossa própria formação social constituída, bem como reconstruir permanentemente estruturas para o relacionamento com sujeitos em períodos diferentes de formação. Sem nutrir expectativas com relação às respostas das crianças e adolescentes para as ações do projeto, mas surpreendendo constantemente com suas elaborações, vinculação com o grupo e mesmo suas histórias pessoais que demonstram seus direitos feridos em várias instâncias.

As crianças pequenas, entre 0 e 6 anos, vão ao projeto conduzidos pelos irmãos, parentes ou vizinhos, todos crianças ou adolescentes, que na maioria das vezes são os responsáveis pelos seus cuidados durante todo o período que excede o turno escolar. As crianças maiores e os adolescentes demonstram certo alívio em poder transferir o cuidado com os pequenos para algum adulto, podendo assim se envolverem com as atividades propostas, assumindo-os novamente somente no retorno aos seus lares.

A frequência das crianças e adolescentes ao projeto estão a mercê principalmente de fatores como a permanência da família na região, a disponibilidade do horário com relação ao trabalho doméstico e informal que a grande maioria exerce, com exceção apenas das crianças com menos de 4 anos e da capacidade delas próprias de se organizarem nos dias e horários para se dirigirem ao projeto. Os responsáveis demonstram pouco conhecimento sobre as atividades diárias das crianças que permanecem a maior parte do tempo sob seus próprios cuidados. Não há relatos de tempo de lazer ou de brincadeira dos responsáveis com suas crianças, o tempo compartilhado está concentrado no trabalho seja ele doméstico ou informal.

Os corpos das crianças e adolescentes mostram marcas de trabalho nas mãos, na pele, nos cabelos expostos ao sol e alijado de alguns cuidados. Não há evidência de fome, mas sim de desnutrição e ou alimentação nutricionalmente inadequada. As refeições da casa são frequentemente preparadas pelas próprias crianças e adolescentes.

Identificamos que essas infâncias estão sendo forjadas em condições muito adversas do momento histórico e social ao que estamos vivendo, no que se refere ao acesso aos bens culturais disponíveis na atualidade. Tendo seu tempo de apropriação desses recursos, ocupados com tarefas que são superiores a sua capacidade de se responsabilizarem por elas, estando distanciadas das condições de se desenvolverem plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos feitos no ser humano particularmente no período precípua que compreende a infância e adolescência são fundamentais para garantir o pleno desenvolvimento de suas possibilidades de sujeito, elementos fundamentais para que se tenha uma sociedade mais justa e mais feliz.

Valorizando espaços qualificados para brincar, jogar, expressar por várias linguagens, criando e comunicando as crianças e adolescentes são confirmados na sua humanidade, provavelmente esse investimento não seja suficiente para romper com o círculo de pobreza e exclusão, contudo pretende-se que seja ao menos uma possibilidade de olhar para o mundo por outras perspectivas, seja pela ludicidade, pela descoberta, pela experimentação, pela aceitação e pertencimento a um grupo para além do familiar e que ele seja repleto de possibilidades.

THE RIGHT TO CORPORAL EXPRESSION, AND PLAY IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

ABSTRACT

The present work it is a study that seeks to reflect on the conditions of access of children and adolescents to play equipment aimed at social and other forms of expressions playful child of the universe, from the experience of a project of social intervention in the urban periphery Catalan city (GO). The interaction with children and adolescents participating in the project provide elaborations on issues relating to human rights and public policies aimed at this population. As a result, we identified denied rights to childhood and adolescence linked the very conception of the terms and conditions of life of families of which are owned. In this context the joke this time relegated to the shift that exceeds the school and the tasks with which children and adolescents wrongly assume or share with adults.

KEYWORDS: human rights; play games; playfulness.

EL DERECHO DE EXPRESIÓN CORPORAL Y JUEGO EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio que trata de reflexionar sobre las condiciones de acceso de los niños y adolescentes a jugar el equipo destinado a las formas sociales y otras expresiones de niño juguete del universo, a partir de la experiencia de un proyecto de intervención social en la periferia urbana catalán de la ciudad (GO). La interacción con los niños, niñas y adolescentes que participan en el proyecto proporcionan elaboraciones sobre las cuestiones relacionadas con los derechos humanos y las políticas públicas dirigidas a esta población. Como resultado, se identificaron derechos negados a la infancia y la adolescencia ligados a

la concepción misma de los términos y las condiciones de vida de las familias de las cuales pertenecen. En este contexto, la broma esta vez relegado a un segundo turno que exceda la escuela y las tareas con las que los niños y adolescentes asumen erróneamente o compartir con los adultos.

PALABRAS-CLAVE: los derechos humanos; juegos; broma.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. B. *O Brinquedo e as Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua*. 1998. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. UFRGS, Porto Alegre, 1998. Disponível em: http://www.msmedia.com/ceprua/paola_mestrado.pdf. Acesso em: 10 Setembro 2009.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. *Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000.

RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VALENTIM, D. C.. *Entre brincadeiras e trocados: Fragmentos etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de Rua em Fortaleza- CE*. Disponível em: <http://knol.google.com/k/daniel-valentim/antropologia-das-brincadeiras-infantis/1quri0e7igl0k/7#>. Acesso em: 15 de Agosto de 2009.